

FUP aumenta pressão pelo regramento da PLR e adiantamento em janeiro

Em reunião do Conselho Deliberativo, a FUP e seus sindicatos, junto com a assessoria do Dieese, analisaram detalhadamente a contraproposta de regramento da PLR apresentada pela Petrobrás e entenderam que há espaço para buscar avanços e conquistar as principais reivindicações da categoria. Essa é uma demanda histórica dos petroleiros, que há mais de uma década lutam para garantir regras claras e democráticas para a PLR, que até então vinha sendo tratada de forma unilateral pela Petrobrás e pelo DEST, às margens das representações sindicais.

Para romper com essa lógica, a FUP continuará a pressionando a empresa por um



modelo de regramento que atenda aos principais eixos da proposta aprovada pela catego-

ria em 2008. Os petroleiros também exigem que a Petrobrás apresente uma formulação de antecipação da PLR 2013, garantindo o pagamento em janeiro 2014.

A atual proposta da empresa atende à reivindicação dos trabalhadores de pagamento mínimo, caso não haja lucro, mas ainda precisa avançar, tanto em relação ao percentual a ser provisionado para a PLR, quanto à estruturação das metas e indicadores. O Volume Total de Petróleo e Derivados Vazados é considerado um problema pela FUP e seus sindicatos, pois é um indicador que não prevê qualquer garantia de combate à subnotificação.

CUT reage e impede votação no Senado de Projeto tucano clone do PL 4330

A militância da CUT freou a tramitação no Senado do Projeto de Lei 87/2010, de autoria do hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que nada mais é do que um clone do famigerado PL 4330, que amplia a terceirização para as atividades fim, acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes e ataca uma série de direitos dos trabalhadores. O PLS tucano seria posto em votação no dia 13 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado

(CCJ), com relatoria do senador e empresário Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por pressão da militância cutista, os senadores Humberto Costa (PT/PE) e Eduardo Suplicy (PT/SP) buscaram uma saída regimental para impedir a votação na CCJ, pedindo vistas do projeto. Feito isso, a bancada petista sugeriu a realização de audiência pública para debater a proposta com as centrais sindicais.

Assim como o PL 4330, contra o qual as centrais sindicais se mobilizaram e conseguiram retirar temporariamente da agenda de votação da Câmara dos Deputados, o PLS 87/2010 propõe uma espécie de reforma trabalhista, ao querer legalizar irregularidades praticadas pelas empresas, através da terceirização, para reduzir custos, impor condições de trabalho inferiores às determinadas por lei ou acordos coletivos e enfraquecer a representação sindical.

Comissão de Anistia conquistada no ACT inicia trabalhos dia 21

Uma das conquistas do Acordo Coletivo garantido na greve de outubro foi a implantação de uma Comissão Conjunta para buscar resolver as pendências referentes à Anistia dos trabalhadores do Sistema Petrobrás, buscando acabar com as diferenciações de direitos que ainda são praticadas pela empresa em relação aos anistiados. A primeira reunião desse grupo de trabalho será no dia 21 de novembro, às 11 horas.

A Comissão é formada por representantes da FUP (Abílio, Caetano e Paulo César) e da Petrobrás (Charles Nobre e Jonathan Xisto). A FUP quer

também a participação de representantes da Petros, já que há temas referentes à previdência e fundo de pensão serão tratados na Comissão. Nesta segunda-feira, 18, a FUP e lideranças dos anistiados reúnem-se com a Gerência de RH para discutir essa e outras questões referentes à Comissão.

Principais pleitos que serão pautados pela FUP: inclusão de todos os anistiados, seus pensionistas e dependentes, no Programa da AMS e no Convênio Petrobrás/INSS assim que ele for restabelecido; integralização do ATS desde a data de efetivo reingresso do anistiado; VPDL

71/82 para todos os anistiados; Benefício Afastamento ACT para trabalhadores que se afastarem por prazo superior a 15 dias; pagamento do serviço passado do Plano Petros 2 aos anistiados pela lei 8.878/94 que retornaram à empresa já aposentados pelo INSS; viabilização da anistia aos ex-empregados da Petromisa, Interbras, Petroflex e Nitriflex que ainda não conseguiram retornar; revisão do enquadramento dos anistiados; recuperação dos recursos dos anistiados que foram participantes do Plano Petros no passado e agora estão no Plano Petros 2.

FUP e sindicatos participam de Audiência Pública da ANP para debater tecnologia de exploração do gás de xisto

A FUP e seus sindicatos participam na próxima quinta-feira, 21/11, da audiência pública que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizará para debater a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que estabelece critérios para a perfuração de poços, através da técnica de fraturamento hidráulico. Essa é a principal tecnologia utilizada na exploração do gás de xisto, cujos impactos ambientais e danos à saúde dos trabalhadores já levaram vários países da Europa e Oceania a proibirem essa arriscada atividade.

O governo brasileiro, no entanto, caminha na direção contrária. Não bastasse os prejuízos causados pelo leilão de Libra, a ANP corre agora para licitar reservas do gás de xisto. A 12ª Rodada acontecerá nos dias 28 e 29 de novembro, quando serão ofertados 240 áreas exploratórias, sendo 110 nas bacias do Acre, Parecis, São Francisco, Paraná e Parnaíba, onde estão localizados reservatórios de xisto. Outros 130 blocos também serão leiloados, mas integram as bacias maduras de gás do Recôncavo Baiano e de Sergipe e Alagoas.

Nos Estados Unidos, país que mais incenti-

va a exploração do gás de xisto, os sindicatos e as organizações ambientais têm sérias críticas à atividade. Entre os principais impactos ambientais causados pela fratura de rochas em solo profundo estão a contaminação de lençóis freáticos e riscos de tremores terrestres, com imenso impacto para as populações locais. Soma-se a isso a precarização das condições de trabalho, através da exposição a jornadas abusivas, riscos de acidentes e danos à saúde dos trabalhadores que atuam na exploração do gás de xisto.

Ao acelerar o leilão das reservas brasileiras, de forma atropelada e sem os devidos debates com a sociedade, a ANP coloca em risco não só o meio ambiente e as condições de trabalho, mas também as populações indígenas que vivem em terras onde estão localizados alguns dos principais reservatórios do gás de xisto. A própria FUNAI já apontou os impactos que isso causará às comunidades indígenas do Acre, Paraná e outras regiões do país, em função da desapropriação de terras e riscos ambientais. Nenhuma das recomendações e alertas da Fundação foram sequer levados em consideração pela ANP.

Trabalhadores da Transpetro no Paraná e Santa Catarina aprovam greve por melhorias na AMS

Para resolver de uma vez por todas os problemas que enfrentam na AMS local, os trabalhadores da Transpetro do Paraná e de Santa Catarina aprovaram greve para o próximo dia 22. O Sindipetro vem tratando destas questões em negociações com a Transpetro e o Compartilhado/AMS, mas o plano de ação proposto pela empresa ainda não contempla a categoria. Na quinta-feira, 21, véspera da greve aprovada pelos pe-

troleiros, haverá mais uma reunião com a subsidiária e o RH Corporativo para que os gestores responsáveis pela AMS prestem esclarecimentos e apresentem dados mais consistentes sobre as soluções propostas. Além dos pouquíssimos hospitais, clínicas e profissionais credenciados, os trabalhadores reclamam de atendimentos de péssima qualidade e problemas no reembolso são as principais queixas dos petroleiros.



Ampliação do Benefício Farmácia

Há pelo menos uma década, a FUP luta para que a Petrobrás e subsidiárias custeiem todos os medicamentos receitados aos trabalhadores, aposentados e pensionistas. O Acordo conquistado arrancou esse compromisso da empresa, que reformulará o atual Benefício Farmácia, acabando com as limitações de medicamentos em listas fechadas e cobrindo integralmente os custos.

Os titulares da AMS e seus dependentes terão um desconto fixo mensal de R\$ 2,36 a R\$ 14,17, por beneficiário, de acordo com a faixa de renda, no sistema de mutualismo. Os aposentados serão os maiores beneficiados, já que, normalmente, consomem mais medicamentos do que os petroleiros mais jovens.

O programa será ampliado para que possa garantir uma série de serviços, como acesso a um site específico do benefício farmácia para que os usuários possam estar sempre informados, aviso através do celular do horário de tomar o medicamento, reembolso em sete dias para remédios adquiridos em farmácias que não sejam credenciadas, entrega em domicílio, entre outras vantagens. Caso o usuário vá a médicos diferentes e estes receitem remédios que sejam incompatíveis, o beneficiário também será alertado sobre o problema.

Muitas dessas conquistas são fruto de um processo contínuo de negociação, através da Comissão de AMS, onde a FUP vem constantemente buscando a melhoria do benefício. O custeio de medicamentos foi conquistado no ACT de 2005 e implementado em 2006. De lá pra cá, o benefício foi sendo aprimorado, em função da pressão da FUP nessa Comissão.

Edição 1113 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,